



Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

S/REF: S/COM: N/REF: Lisboa 29 AGO. 2016
P.º 5124/92(5)
N.º 3153/CG

ASS: PERGUNTA 2797/XII/1ª, DE 22 DE JULHO DE 2016
Ref: V/Ofício n.º 2597, de 22 de julho de 2016

Senhor Eugénio Nuno Araújo,

Em cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, e em resposta às perguntas formuladas pelos Senhores Deputados Nuno Magalhães e João Rebelo, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional de informar o seguinte:

Primeira Pergunta: *"Tem o Ministério da Defesa Nacional conhecimento do estado de degradação e de abandono em que se encontra o Forte Velho do Outão e a 7ª Bateria do Outão localizados na Arrábida em Setúbal?"*

O imóvel designado por "PM 38/Setúbal - Bateria do Outão", que integra o Forte Velho e a 7ª Bateria do Outão faz parte de um conjunto mais vasto de imóveis disponibilizados para rentabilização no concelho de Setúbal. Tem-se consciência do estado de degradação em que se encontra o imóvel, contudo as restrições ao uso do solo decorrentes da sua situação geográfica, integração na área de jurisdição do Parque Nacional da Arrábida, que determina a sua sujeição ao Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, condiciona a respetiva utilização.



Segunda Pergunta: “Considera ou não o Ministério da Defesa Nacional que a restauração e conservação do Forte Velho do Outão tal como o que resta da 7ª Bateria, constituem um potencial conjunto de oportunidades para a requalificação do espaço e preservação do seu espólio quer material quer imaterial?”

Ao longo das últimas décadas, e decorrente da redução do dispositivo militar territorial, tem cessado o uso militar de um vasto conjunto de imóveis, com diferentes potenciais de oportunidades para a requalificação do espaço e preservação do seu espólio. Os recursos neste âmbito limitados do Ministério da Defesa Nacional, em conjunto com o regime da gestão do património imobiliário público, impossibilitam que se atenda a todas as situações que determinam a necessidade de requalificação e preservação do edificado. Está por isso em curso um conjunto de iniciativas junto de autarquias com o objetivo de conduzir uma aproximação global à requalificação de prédios cujo uso militar já não se justifica.

Terceira Pergunta: “Em caso afirmativo, que medidas pretende o Ministério da Defesa Nacional implementar para a sua restauração e requalificação?”

Encontra-se em curso o processo de levantamento topográfico do PM 38/Setúbal que irá permitir que se possam desenvolver diligências com vista à obtenção dos requisitos prévios, designadamente a avaliação e regularização jurídico-registral, necessários a um processo de rentabilização, cuja concretização terá necessariamente em conta a necessidade de garantia quanto à melhor recuperação e requalificação do espaço.

Quarta Pergunta: “Tem o mesmo ministério conhecimento da existência de algum projeto que vise a intenção de requalificação do espaço em apreço?”

Não se conhecem projetos concretos que visem a intenção e requalificação do espaço. Tem havido demonstração de interesse por parte de várias entidades, porém a sua sujeição ao Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, condiciona os projetos subjacentes à futura utilização do PM 38/Setúbal.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DA DEFESA NACIONAL

Quinta Pergunta: "Encontra-se o imóvel em questão classificado?"

O imóvel em questão não tem classificação cultural.

Com os melhores cumprimentos e considerações pessoais

O Chefe do Gabinete

(António Martins Pereira)